

Demonstrações Financeiras

ALVORECER ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS

31 de dezembro de 2021 com Relatório dos Auditores Independentes

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis

	Página
Relatório da Administração	1/2
Balanços Patrimoniais	3/4
Demonstrações do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis	9/20







Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores da

ALVORECER ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS

São Paulo - SP

OPINIÃO

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **ALVORECER ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ALVORECER ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade — CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE

Chamamos a atenção para a Nota 25, demonstrando que a Operadora apresenta insuficiência na margem de solvência calculada pelos critérios definidos pela ANS. Nossa opinião não está modificada em virtude desse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

O Regime de Direção Fiscal instituído pela ANS, que havia sido instaurado conforme Resolução Operacional - RO -2421, de 30 de maio de 2019 - Processo Administrativo nº 33910.002414/2018-83, encerrou-se em 11 de fevereiro de 2021, através da Resolução Operacional - RO nº 2639/2021 e, até o encerramento dessas demonstrações, a Associação não recebeu nenhuma outra Resolução Operacional, pois a operadora cumpriu com o estabelecido em seu plano.

Conforme Nota Explicativa 29, a empresa está reapresentando as Demonstrações Financeiras, conforme comunicação da ANS de desconformidade dos documentos contábeis obrigatórios, através do Ofício nº: 59/2023/COIEP/GEAOP/GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE, de 23/02/23, com as adequações e reclassificações

took the





solicitadas. Essas alterações não alteram a Opinião do Auditor, porém atualizamos a data do Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis, nesta data.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:





- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 17 de março de 2023.

PGBR RODYOS AUDITORES INDEPENDENTES S.S CRC 2SP 002000/O-0 Member

icitibei 🥦

PrimeGlobal An A Inde

n Association of

LUIS GONSAGA PEREIRA MARTINS Sócio

Contador CRC 1SP 094.461/0-2 CPF 454.170.168-53 JÉSSICA MENDONÇA RODRIGUES Sócia

Contador CRC 1SP 248.744/O-3 CPF 313.961.508-62

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Exercício encerrado em 31/12/2021

A Diretoria da **ALVORECER** — **ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS**, dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, submeterá ao exame e deliberação dos associados referente ao exercício de 2021, diante da Assembleia Geral Ordinária, as Demonstrações Financeiras, as respectivas notas explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes.

A economia brasileira ainda não se recuperou plenamente dos efeitos causados pela pandemia da COVID-19. No entanto, no exercício de 2021, houve uma retomada no volume de atendimentos assistenciais e, consequentemente, aumento nos índices de sinistralidade. As demonstrações contábeis refletem os atos e operações da gestão administrativa, assim como a situação patrimonial da Associação no exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Em 31/12/2021, a operadora estava insuficiente na margem de solvência. A Administração adotou medidas administrativas, principalmente, negociação das tabelas de preços com a rede credenciada, e primordialmente com 4 grandes hospitais e um laboratório clínico que correspondem a 60% de nossos atendimentos (vide nota nº 9) com intuito de reduzir os custos assistenciais e administrativos e visando apresentação de superávits mais relevantes e a regularização da insuficiência da Margem de Solvência. Também está pleiteando, junto ANS, o parcelamento do saldo pendente de Ressarcimento ao SUS.

A Alvorecer entende que essas medidas serão suficientes para a manutenção de ativos garantidores e, consequentemente, suportar as provisões técnicas constituídas, bem como, adequar a suficiência da margem de solvência, conforme critérios estabelecidos na Resolução Normativa - RN 451/2020.

No primeiro trimestre de 2022, através dos controles financeiros, já percebemos uma melhora em nossos resultados, devido as medidas adotadas pela Administração, sendo as principais citadas abaixo. Essas medidas proporcionaram um superavit prévio de R\$ 2.000.000.

- Redução nos custos assistenciais em 12%;
- Redução nos custos não assistenciais em 10%, e
- Manutenção na quantidade de vidas de nossa carteira.

A Associação, a partir do exercício de 2021, possui registro definitivo na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob nº 34480-0.

Durante este exercício de 2021 a Administração manteve os procedimentos operacionais e administrativos como forma de monitorar e controlar os seguintes itens: Demonstrativos Contábeis - (Balancete, Razão, DRE, Mutação do Patrimônio Líquido); cópia do(s) extrato(s), onde está (ão) aplicado(s) em fundos dedicados ou em custódia de vinculação à ANS; Informações cadastrais, Fluxo de caixa mensal e conciliação bancária de todas as contas existentes; Relatório dos advogados com o rol das ações judiciais individualizadas, em que a empresa figure em ambos os polos, Ativo e Passivo, sendo informado se as mesmas foram registradas contabilmente, bem como classificadas, pelos advogados, quanto à probabilidade de perda (provável - possível ou remota), com valorização; Extrato do ressarcimento ao SUS Planilha síntese de todos os parcelamentos do SUS, de todos os pagamentos efetuados referente aos parcelamentos SUS, totalizar também as parcelas pagas a partir da 3º; Aging do grupo contábil 123 e 211; Planilha referente aos parcelamentos efetuados nos Processos Judiciais referente ao Ressarcimento ao SUS, contendo o número do processo, valor do débito, data do parcelamento, valor das parcelas, quantidade de parcelas e os

respectivos vencimentos; Planilha com a composição dos valores inscritos na rubrica "Provisão para eventos a Liquidar" acima de 60 dias com destaque para os acordos ressaltando parcelamento, valores e vencimentos; Disponibilizar os IGR – Índices Geral de Reclamações da Operadora Alvorecer e Relatório da Ouvidoria, e Certidão dos 10 Cartórios São Paulo e do Cartório de Santos.

A Alvorecer chegou ao final do exercício com as suas obrigações em dia com a rede credenciada, fornecedores, impostos e afins, tendo validadas e regulares todas as certidões negativas de débito junto à Secretaria Municipal da Fazenda (ISS, LIF, TFA, TFE, TRSS, ITBI), Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, Secretaria da Receita Federal do Brasil / Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Certidão Negativa de débitos trabalhistas e Certificado de Regularidade de FGTS.

Em 07/11/17, através do Ofício 289/2017/COAOP/GEAOP/GGAME/DIOPE/ANS, Processo 33902.312156/2015-11 a Alvorecer recebeu autorização da ANS para manter a Nota Técnica Atuarial de metodologia própria para constituição da PEONA.

A destinação do superávit do exercício, no montante de R\$ 1.240.949,08, será na manutenção das atividades operacionais da Associação.

Perspectivas para o exercício de 2022 – Manter as despesas assistenciais em 75%, as despesas não assistenciais em 20% e dar ênfase nos atendimentos na modalidade de telemedicina.

A Administração

Balanços Patrimoniais

31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		38.194.186,95	39.306.493,19
Disponível		151.401,70	13.447,97
Realizável		38.042.785,25	39.293.045,22
Aplicações Financeiras	6	10.817.729,97	21.421.488,07
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	· ·	8.133.770,59	5.847.642,81
Aplicações Livres		2.683.959,38	15.573.845,26
Créditos de Op. com Planos de Assist. à			
Saúde	7	19.812.623,76	14.948.667,48
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		19.812.623,76	14.948.667,48
Créditos Tributários e Previdenciários	8	519.799,28	979.740,36
Bens e Títulos a Receber	9	6.892.632,24	1.943.149,31
ATIVO NÃO CIRCULANTE		12.564.563,95	3.051.870,25
Realizável a Longo Prazo		9.998.448,25	1.220.070,34
Aplicações Financeiras		-	444.596,59
Créditos Tributários	8	-	413.215,02
Bens e Títulos a Receber	9	9.143.915,40	-
Depósitos Judiciais e Fiscais	10	519.468,64	362.258,73
Outros Créditos a receber	11	335.064,21	-
Investimentos	12	445.000	445.000
Outros Investimentos		445.000	445.000
Imobilizado	13	2.100.315,82	1.378.010,91
Imobilizado de Uso Próprio		2.100.315,82	1.378.010,91
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos		77.758,33	83.295,54
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		1.498.882,68	907.393,28
Outras Imobilizações		523.674,81	387.322,09
Intangível	14	20.799,88	8.789,00
TOTAL DO ATIVO		50.758.750,90	42.358.362,44

Balanços Patrimoniais

31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO	Nota	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE	_	17.374.657,55	11.157.693,21
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		13.691.408,62	9.571.076,35
Provisões de Prêmios / Contraprestações	15	4.518.036,97	4.075.541,99
Provisão Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	16	3.665.385,08	1.804.398,80
Provisão Eventos/Sinistros a Liq. Outros Prest Serv Assist	17	1.349.000,47	2.613.340,22
Provisão Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	18	4.158.986,10	1.077.795,34
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		74.974,42	15.719,59
Comercialização sobre Operações		74.974,42	15.719,59
Provisões Provisões para Ações Judiciais		<u>-</u> -	8.590,35 8.590,35
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	19	541.619,68	467.921,38
Empréstimos e Financiamentos		1.566.158,41	-
Débitos Diversos	20	1.500.496,42	1.094.385,54
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	_	1.378.270,16	395.795,12
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	16	908.987,93	138.233,83
Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar para o SUS		908.987,93	138.233,83
Provisões	21	328.808,44	257.561,29
Provisões para Ações Judiciais		328.808,44	257.561,29
Empréstimos e Financiamentos		140.473,79	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL	22	32.005.823,19	30.804.8754,11
Capital Social / Patrimônio Social		185.069,37	185.069,37
Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado		31.820.753,82	30.619.805,74
TOTAL DO PASSIVO		50.758.750,90	42.358.362,44

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais (sem centavos), exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos Plano Assist à Saúde		244.290.340,95	187.954.502,77
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		244.290.340,95	187.954.502,77
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		244.290.340,95	187.954.502,77
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos		(196.167.671,89)	(131.478.834,95)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(193.086.481,13)	(130.647.488,61)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(3.081.190,76)	(831.346,34)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS ASSIST À SAÚDE		48.122.669,06	56.475.667,82
Receitas de Assistência à Saúde não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		335.064,21	497,49
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(62.930,24)	(6.057.076,16)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(62.930,24)	(6.057.076,16)
RESULTADO BRUTO		48.394.803,03	50.419.089,15
Despesas de Comercialização		(15.925.246,72)	(12.123.852,12)
Despesas Administrativas	24	(34.289.412,41)	(23.582.854,93)
Resultado Financeiro Líquido		2.903.436,95	3.209.176,40
Receitas Financeiras		4.668.761,60	4.295.284,24
Despesas Financeiras		(1.765.324,65)	(1.086.107,84)
Resultado Patrimonial		117.368,23	758.959,33
Receitas Patrimoniais		117.368,23	758.959,33
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		1.200.949,08	18.680.517,83
RESULTADO LÍQUIDO		1.200.949,08	18.680.517,83

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais (sem centavos), exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	31.12.2021	31.12.2020
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.200.949,08	18.680.517,83
Outros Resultados Abrangentes	-	-
<u>-</u>	1.200.949,08	18.680.517,83

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais (sem centavos), exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS/ SUPERAVITS	SUPERAVIT DO EXERCICIO	TOTAIS
SALDOS EM 31/12/19	185.069,37	11.939.286,91	-	12.124.356,28
Superávit/Prejuízo Líquido Exercício	-	-	18.680.517,83	18.680.517,83
Outras Reservas de Lucros	-	18.680.517,83	(18.680.517,83)	-
SALDOS EM 31/12/20	185.069,37	30.619.804,74		30.804.874,11
SALDOS LIN 31/12/20	103.009,37	30.013.004,74		30.004.074,11
Superávit/Prejuízo Líquido Exercício	-	-	1.200.949,08	1.200.949,08
Outras Reservas de Lucros	-	1.200.949,08	(1.200.949,08)	-
SALDOS EM 31/12/21	185.069,37	31.820.753,82	-	32.005.823,19

<u>Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Direto</u>

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais (sem centavos), exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimentos de Planos Saúde	244.792.657	173.781.672
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	58.475.223	28.962.792
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	344.329	779.827
(+) Outros Recebimentos Operacionais	88.025	365.146
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores Serviço Saúde	(201.870.674)	(129.370.338)
(-) Pagamento de Comissões	(14.664.036)	(11.557.970)
(-) Pagamento de Pessoal	(6.398.030)	(4.672.715)
(-) Serviços Terceiros	(17.506.051)	(9.932.405)
(-) Pagamento de Tributos	(6.391.364)	(4.793.078)
(-) Pagto Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(1.564.396)	(1.306.563)
(-) Pagamento de Aluguel	(1.088.370)	(930.366)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(4.089.279)	(3.478.166)
(-) Aplicações financeiras	(47.630.631)	(34.081.920)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(3.006.088)	(3.209.045)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(508.684)	556.871
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS (+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado - Outros	(922.610)	/EE0 10 <i>1</i>)
- ` ` · · · · · · · · · · · · · · · · ·	(832.619)	(558.184)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(832.619)	(558.184)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento - Empréstimos/Financiamentos	1.500.000	-
Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	(20.742)	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.479.258	-
	45-6	(4.545)
CAIXA LÍQUIDO	137.955	(1.313)
RESUMO		
Saldo Anterior	13.447	14.761
CAIXA LÍQUIDO		
Atividades Operacionais	(508.684)	556.871
Atividades de Investimentos	(832.619)	(558.184)
Atividades de Financiamento	1.479.258	(550.10+)
Advidades de l'inaliciamento	1.7/9.230	
FLUXO DE CAIXA NO MÊS	137.955	(1.313)
SALDO FINAL DO MÊS	151.402	13.447
As notas explicativas são parte integrante das dem	onstrações financeiras	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais (sem centavos), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A ALVORECER ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS, é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída e organizada sob a forma de Associação com fins não econômicos, beneficente e de regime mutualista, com sede e foro na cidade de São Paulo, SP.

Constituem objetivos sociais da Associação: proporcionar aos seus associados e respectivos grupos familiares a prestação contínua de serviços ou cobertura de custos assistenciais a preço pré-estabelecido, por prazo indeterminado, com a finalidade de garantir, sem limite financeiro, a assistência médico-hospitalar pela faculdade de acesso e atendimento por profissionais ou serviços à saúde, livremente escolhidos, integrantes da rede credenciada, contratada ou referenciada, prestados aos associados e dependentes abrangidos pelo Estatuto Social, sendo pagas integral ou parcialmente pela Associação, mediante reembolso, nos casos previstos na Lei nº 9.656, de 03 de Junho de 1998 ou pagamento direto ao prestador, por conta e ordem do Associado.

A ALVORECER está classificada junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) no segmento de Medicina de Grupo.

A Alvorecer em 2020 manteve o PMA — Patrimônio Mínimo Ajustado, porém apresentou insuficiência na Margem de Solvência e nos Ativos Garantidores, mantendo os Índices de Liquidez desejados pela ANS.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com a Legislação Societária, normas estabelecidas pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar e com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os Pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que estão em consonância com as normas internacionais de contabilidade, bem como com a legislação fiscal e tributária. É adotado o plano de contas instituído pela Resolução Normativa - RN Nº 435/2018, da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar e alterações posteriores. Estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior.

A autorização para a conclusão das Demonstrações Contábeis foi dada pela Diretoria Executiva em 30 de março de 2022.

3. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

Estimativas Contábeis - Na elaboração das Demonstrações Contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações em razão de eventuais variações, conforme CPC 23. As Demonstrações Financeiras da Operadora incluem, portanto, estimativas necessárias referentes às provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

4. Alterações ao CPC 06 (R1) Arrendamento Mercantil para CPC (R2) Arrendamentos

De acordo com o item 10.7.1 da RN 435, as disposições referentes a Arrendamento Mercantil, seguem os critérios estabelecidos no CPC 06 (R1), dessa forma a Companhia não pretende adotar a norma antecipadamente. A Agência Nacional de Saúde Suplementar incluiu a adoção do CPC 06 (R2) através da RN 472 que passa a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2022, onde avaliaremos os efeitos sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

5. Principais Diretrizes Contábeis

As práticas mais relevantes adotadas pela Entidade são:

- **5.1. Moeda Funcional e de Apresentação** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Operadora.
- 5.2. Uso de Estimativas e Julgamentos A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas e pronunciamentos do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.
- **5.3. Aplicações Financeiras** São demonstradas acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.
- **5.4. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde** As contraprestações pecuniárias a receber decorrentes das operações com plano de saúde correspondem aos valores das mensalidades a receber dos associados aos planos comercializados pela ALVORECER. A Estimativa para Perdas foi constituída com base nos critérios estabelecidos pela ANS e em valores considerados suficientes para suprir eventuais perdas.

A ANS suspendeu os reajustes anuais e de faixa etária, no período de maio a dezembro de 2020. Os valores relativos à suspensão serão diluídos nas mensalidades em 12 parcelas iguais e sucessivas a partir de 2021, de janeiro de 2021 a dezembro de 2021, conforme estabelece o Comunicado ANS 87/2020.

- **5.5. Créditos Tributários** Refere-se ao valor de contribuição da parte patronal recolhidas em exercícios anteriores que a operadora obteve êxito em ação na 10ª Vara Cível Federal de São Paulo.
- **5.6. Investimentos** Refere-se ao imóvel incorporado pelo valor de mercado, conforme laudo específico, elaborado por uma empresa especializada, e atualmente encontra-se locado a terceiros.

5.7. Imobilizado – O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/95 e considera os efeitos da reavaliação espontânea de bens do imobilizado, efetuada em exercícios anteriores.

A depreciação foi calculada pelo método linear, às taxas usuais permitidas pela legislação fiscal, com base na vida útil dos bens.

- **5.8.** Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros Com Base no CPC 01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração revisa anualmente o valor contábil de seus ativos imobilizado e intangível, para fins de determinar a necessidade de provisão sobre os esses valores, em caso de não recuperabilidade. Para este ano os bens permanecem com o valor contábil adequado.
- **5.9. Eventos a Liquidar de Operações de Assistência à Saúde** Referem-se aos valores nominais decorrentes de serviços médicos prestados pela rede credenciada no atendimento aos associados dos planos de saúde comercializados pela Associação, e registrados pelo valor das contas médicas conhecidas até dezembro de 2020, de acordo com os critérios estabelecidos pela ANS Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- **5.10. Fornecedores** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como Passivo Circulante se o pagamento for devido no período de até 01 (um) ano.
- **5.11. Provisões Técnicas** As provisões técnicas são calculadas conforme critérios estabelecidos pela ANS, exceto, a PEONA que calculada com base em metodologia própria aprovada pela ANS, vide Nota 17.
- **5.12. Férias a Pagar** As Provisões para Férias a Pagar foram constituídas com base na remuneração de cada empregado e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, acrescido dos encargos sociais correspondentes.
- **5.13. Ativos, Passivos Contingentes** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuadas com base nos critérios a seguir:
 - Ativos Contingentes Não foram reconhecidas nas demonstrações contábeis, em atendimento aos critérios estabelecidos no CPC 25. (vide Nota nº 20.1.)
 - Contingências Passivas São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como Perdas Possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como Perda Remota, não requerem provisão ou divulgação.
- **5.14. Apuração do Resultado** As receitas e despesas foram apropriadas de acordo com o regime de competência. As contraprestações emitidas de planos de assistência à saúde são contabilizadas com base em relatórios de faturamento, na data de competência da cobertura dos planos.

- **5.15.** Contratos de Planos de Assistência Médica A classificação de todos os contratos de planos de assistência médica foi efetuada com base no período de cobertura dos contratos, conforme disposições contidas no Ofício Circular Nº 01/2010, RN nº 206/2009 e RN nº 208/2009 e alterações, da ANS Agência Nacional de Saúde Suplementar, que determinaram a adoção do critério de pró-rata die para apropriação da receita das contraprestações a preço préestabelecido.
- **5.16. Instrumentos Financeiros** A empresa opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas, cujos valores são mensurados ao valor justo por meio de resultado.

6. Aplicações Financeiras

As aplicações vinculadas estão discriminadas conforme quadro a seguir e referem-se ao numerário mantido junto à instituição financeira, em atendimento à RN 392 de 2007, a fim de garantir as Provisões Técnicas.

Descrição	2021	2020
Aplicações Garantidores de Provisões Técnicas	8.133.770,59	5.847.642,81
Aplicações Livres	2.683.959,38	15.573.845,26
Total	10.817.729,97	21.421.488,07

7. Contraprestações Pecuniárias a Receber

As contraprestações pecuniárias a receber decorrentes das operações com Plano de Saúde correspondem aos valores das mensalidades a receber dos associados e estão demonstrados da seguinte forma:

Contraprestações Pecuniárias	2021	2020
Mensalidades a Receber	25.081.252,11	18.302.083,58
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos (a)	(5.805.558,32)	(5.934.736,63)
Participação Beneficiários em Eventos/Sinistros	7.723,55	8.970,31
Outros Créditos de Operações Com Plano de saúde	529.206,42	2.572.350,22
_(b)		
TOTAL	19.812.623,76	14.948.667,48

- (a) Constituída pela totalidade dos créditos de planos individuais com preço pré-estabelecido, que apresentaram pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias e há mais de 90 (noventa) dias para planos coletivos até a data base de 31/12/21.
- **(b)** Saldo remanescente dos valores dos reajustes anuais e de faixa etária, suspensos no período de maio a dezembro de 2020, conforme estabelecido no Comunicado ANS 87/2020, que foram diluídos nas mensalidades em 12 parcelas iguais e sucessivas a partir de março de 2021.

8. Créditos Tributários e Previdenciários

Créditos Previdenciários	2021	2020
Curto Prazo	519.799,28	979.740,36
Longo Prazo	-	413.215,02
Total	519.799,28	1.392.955,38

Os valores referem-se ao processo de nº 5021383-93.2019.4.03.6100, onde a empresa pleiteava o ressarcimento dos recolhimentos por ela efetuados referente aos encargos sociais sobre a Folha de Pagamento de autônomos dos profissionais (médicos, psicólogos, dentistas, fonoaudiólogos) credenciados por prestação de serviços diretos aos associados da empresa, dos últimos 05 anos e, em outubro de 2020 obteve junto ao Poder Judiciário, decisão favorável.

9. Bens e Títulos a Receber

Total

Curto Prazo	2021	2020
Adiantamentos a Funcionários	50.234,25	24.301,86
Adiantamentos a Fornecedores (a)	6.329.493,63	1.790.952,00
Outros Títulos a receber	439.702,56	-
Outros Créditos a receber	73.201,80	127.895,45
Total	6.892.632,24	1.943.149,31
Longo Prazo	2021	2020
Outros Títulos a receber (a)	9.143.915,4	40 -

(a) A Administração entende que uma parceria com nossa rede credenciada é fundamental para manter os custos/sinistralidade dentro de patamares que permitam gerar resultados e consequentemente recompor os índices exigidos pelo regulador. Além disso nossos parceiros também sofreram com os reflexos da pandemia e uma recomposição de sua capacidade de pleno atendimento se tornou fator importante para nossos associados. Assim realizamos acordos com 5 de nossos principais credenciados (que respondem por 60% de nosso atendimento) visando manter uma tabela competitiva e reduzida ao longo do período do acordo (24 meses) em que tais valores serão amortizados nas futuras prestações de serviços.

9.143.915,40

Vale ressaltar que esses nossos parceiros nos proporcionam um índice baixíssimo de reclamações junto ao regulador.

10. Depósitos Judiciais e Fiscais

Refere-se a depósito judicial referente a ações cível e processos de cobranças ANS, movidas contra a Operadora. O montante de R\$ 519.468,64 devidamente provisionado de acordo com o CPC 25 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Depósitos Judiciais	2021	2020
Ações Cíveis	519.468,64	346.170,43
Multas Administrativas ANS	-	16.088,30
Total	519.468,64	362.258,73

11. Outros Créditos a Receber

Outros Créditos a Receber	2021	2020
Outros Créditos	335.064,21	-
Total	335.064,21	-

Outros créditos referentes a desfecho positivo da ação proposta referente a TPS – Taxa por plano, cobrada pela ANS.

12. Investimentos

Imóveis Destinados a Renda	2021	2020
Terrenos	230.000,00	230.000,00
Edificações	215.000,00	215.000,00
TOTAL	445.000,00	445.000,00

Refere-se ao imóvel anteriormente vendido, e reincorporado por rescisão do contrato de venda, pelo valor de mercado, conforme laudo elaborado por empresa especializada e, atualmente encontra-se locado a terceiros.

13. Imobilizado

Imobilizado - Ativo Não Circulante	Taxa	2021	2020
Máquinas e Equipamentos	10%	267.754,10	244.791,10
Equipamentos de Informática	20%	1.039.618,89	780.236,22
Móveis e Utensílios	10%	536.081,88	340.856,43
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4%	970.497,23	691.999,05
Veículos	20%	409.960,00	-
(-) Depreciação Acumulada		(1.123.596,28)	(679.871,89)
Imobilizado Líquido		2.100.315,82	1.378.010,91

A movimentação do Imobilizado em 2021 foi a seguinte:

Descrição	31/12/2020	Adições 2021	Baixas 2021	Depreciação 2021	31/12/2021
Máquinas e Equipamentos	244.791,10	22.963,00			267.754,10
Informática	780.236,22	267.412,67	(8.030,00)		1.039.618,89
Móveis e Utensílios	340.856,43	246.605,45	(51.380,00)		536.081,88
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	691.999,05	278.498,18			970.497,23
Veículos	-	424.575,00	(14.615,00)		409.960,00
Depreciação Acumulada	(679.871,89)			(443.724,39)	(1.123.596,28)
TOTAIS	1.378.010,91	1.240.054,30	(74.025,00)	(443.724,39)	2.100.315,82

14. Intangível

Intangível – Ativo Não Circulante	Taxa	2021	2020
Intangível	20%	28.194,00	11.985,00
(-) Amortização Acumulada		(7.394,12)	(3.196,00)
Intangível Líquido		20.799,88	8.789,00

15. Provisões de Prêmios / Contraprestações

Provisão	2021	2020
Provisão de Contraprestações não Ganhas (a)	4.518.036,97	4.075.541,99
TOTAL	4.518.036,97	4.075.541,99

(a) De acordo com as disposições contidas na RN nº 314/2012, da ANS, esse montante refere-se à provisão das contraprestações das operações de planos de assistência à saúde na modalidade de preço préestabelecido, para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer. O reconhecimento contábil é feito por meio de cálculos individuais dos contratos vigentes, mediante a apuração de parcelas de contraprestações não ganhas, relativas ao período de cobertura do risco, nos contratos em prépagamento. Tal montante é revertido mensalmente no último dia do mês, com relação ao risco decorrido.

16. Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar para o SUS

Provisão Eventos / Sinistros a Liquidar	2021	2020
Ressarcimento ao SUS (a)	3.665.385,08	1.804.398,80
TOTAL	3.665.385,08	1.804.398,80

(a) A Provisão refere-se aos valores de ressarcimento ao SUS, decorrente de despesas assistenciais de associados atendidos pelo SUS; esses valores são registrados através dos relatórios específicos divulgados pela ANS, contendo débitos e provisões de atendimentos, que estão em trâmite de impugnação e/ou recurso administrativo. A Administração está pleiteando, junto à ANS, o parcelamento da totalidade dos débitos pendentes de Ressarcimento ao SUS.

Ressarcimento SUS	Circulante	Não Circulante	Total 2021	Total 2020
Percentual Histórico de ABIs	1.037.225,58	-	1.037.225,58	1.141.502,95
Débitos Abertos	2.252.393,72	-	2.252.393,72	460.450,27
Débitos Parcelados	375.765,78	908.987,93	1.284.753,71	340.679,41
TOTAL	3.665.385,08	908.987,93	4.574.373,01	1.942.632,63

17. Provisão de Eventos / Sinistros A Liquidar — Outros

Rede Credenciada	2021	2020
Pessoa Jurídica	1.281.467,52	2.502.447,43
Pessoa Física	67.532,95	110.892,79
TOTAL	1.349.000,47	2.613.340,22

18. Provisão Para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA

DESCRIÇÃO	2021	2020
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA		
Outros Prestadores	2.641.144,68	1.077.795,34
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados -		
PEONA SUS	1.517.841,42	-
TOTAL	4.158.986,10	1.077.795,34

A Provisão Para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA, no valor de R\$ 2.641.145 foi constituída com base em Nota Técnica Atuarial da PEONA, elaborada pelo atuário responsável e aprovada pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar conforme Ofício ANS nº 1757/2015/GGAME (COATU)/DIOPE/ANS, datado de 30/09/2015.

19. Tributos e Encargos Sociais a Recolher

Tributos e Encargos	2021	2020
INSS s/ Folha de Pagamento a Recolher	188.816,58	69.109,84
FGTS a Recolher	54.729,68	39.292,59
PIS a Recolher	12.928,81	10.140,53
IRRF s/ Folha a Recolher	38.959,46	-
IRRF a Recolher	88.280,44	111.892,42
ISS Retido na Fonte a Recolher	14.900,53	20.075,71
INSS Retido na Fonte a Recolher	-	3.102,51
PIS/COFINS/CSLL - 4,65%	143.004,18	214.307,78
TOTAL	541.619,68	467.921,38

20. Débitos Diversos

Débitos	2021	2020
Obrigações com Pessoal	684.655,15	514.386,19
Fornecedores	711.733,92	494.167,76
Depósitos de Beneficiários	-	-
Outros Débitos a Pagar	104.107,35	85.831,59
TOTAL	1.500.496,42	1.094.385,54

21. Ativos Contingentes e Contingências Passivas

21.1. Ativos Contingentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, houve decisão favorável do processo de recolhimento da contribuição dos valores de profissionais médicos. Para o exercício de 2021, a Associação não possui Ativos Contingentes.

21.2. Contingências Passivas

Contingências Passivas	2021	2020
Cíveis (a)	328.808,44	241.472,99
Multa Administrativa	-	16.088,30
Total	328.808,44	257.561,29

(a) A operadora possui o montante de R\$ 198.008,00, cujas expectativas de perdas foram classificadas por nossos assessores jurídicos como perdas possíveis. De acordo com os critérios estabelecidos pelo Comitê de Procedimentos Contábeis – CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, tal valor não é provisionado.

22. Patrimônio Social

O Patrimônio Social é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social Inicial, acrescido dos valores dos Superávits e diminuído dos Déficits ocorridos, os ajustes de exercícios anteriores, os efeitos da reavaliação efetuadas em exercícios anteriores e suas realizações.

Patrimônio Líquido – Patrimônio Mínimo Ajustado e Margem de Solvência: Na data base de 31/12/2021 o Patrimônio Líquido era de R\$ 32.005.823,19, está dentro dos critérios de Patrimônio Mínimo Ajustado, porém apresenta uma insuficiência na Margem de Solvência de R\$ 4.637.727,95 (12,66%), que deverá ser revertida com o superávit previsto para o exercício de 2022, que já são evidenciados nos controles financeiros.

23. Ativos Garantidores

A Resolução Normativa nº 392/2015 e alterações, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS descreve a diversificação dos Ativos das Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde, para aceitação como Ativos Garantidores das Provisões Técnicas. A posição dos Ativos Garantidores em 31/12/2021 está como segue:

23.1. Ativo Garantidor Vinculado

Vinculados	2021	2020
Aplicações Financeiras Vinculadas – (Nota 6)	8.133.770,59	5.847.642,81
PEONA (Nota 18)	(2.641.144,68)	(1.077.795,34)
PEONA SUS	(1.517.841,42)	-
Eventos avisados há mais de 60 dias - SUS	(3.665.385,08)	(1.804.398,80)
Suficiência	309.399,41	2.965.448,67

23.2. Ativo Garantidor Geral – Lastro

Geral - Lastro	2021	2020
Caixa	4.144,30	9.331,10
Bancos	147.257,40	4.115,87
Aplicações Livres (Nota 6)	2.683.959,38	15.573.845,26
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas (Nota 6)	8.133.770,59	5.847.642,81
Ressarcimento ao SUS (Nota 16)	(3.665.385,08)	(1.804.398,80)
Eventos/Sinistros a Liquidar (Nota 17)	(1.349.000,47)	(2.613.340,22)
PEONA (Nota 18)	(2.641.144,68)	(1.077.795,34)
PEONA SUS	(1.517.841,42)	-
Suficiência	1.795.760,02	15.939.400,68

24. Despesas Administrativas

DESCRIÇÃO	2021	2020
Pessoal Próprio	10.526.854,33	6.758.172,93
Serviços de Terceiros	14.914.535,88	10.793.960,52
Localização e Funcionamento	3.949.681,97	3.147.124,96
Publicidade e Propaganda	3.500.740,39	2.325.382,90
Tributos	83.517,67	31.623,65
Multas Administrativas ANS	203.465,32	44.036,75
Despesas Administrativas Diversas	1.110.616,85	482.553,22
Total	34.289.412,41	23.582.854,93

25. Margem de Solvência

	Apuração da Margem de Solvência	2021	2020
Α	Contraprestações Líquidas - Preço Pré Estabelecido - dos últimos 12 meses		
		244.290.340,95	187.954.502,77
В	Eventos Indenizáveis Líquidos - Preço Pré Estabelecido - Média anual dos		88.490.466,12
	últimos 36 meses	137.560.411,92	
С	Contraprestações Líquidas - Preço Pós Estabelecido - dos últimos 12 meses		
		-	-
D	Eventos Indenizáveis Líquidos - Preço Pós Estabelecido - média anual dos		-
	últimos 36 meses	-	
Ε	Valor I - 20% x (A + 0,50.C)	<i>48.858.068,19</i>	<i>37.590.900,55</i>
F	Valor II - 33% x (B + 0,50.D)	<i>45.394.935,93</i>	<i>29.201.853,82</i>
G	Margem de Solvência - Maior valor entre I e II (RN 160/07)	48.858.068,19	37.590.900,55
Н	Proporção Mínima	75,00%	75,00%
I	Margem de Solvência (Margem/120 meses X Meses)	36.643.551,14	28.193.175,42

PATRIMÔNIO A SER COMPARADO COM A MARGEM DE SOLVÊNCIA	2021	2020
(+) Patrimônio Líquido / Patrimônio Social (Grupo 25) - Resultado do Período	32.005.823,19	30.804.874,11
(+) Exigível a Longo Prazo (Grupo 236)	-	-
(=) Patrimônio Apurado	32.005.823,19	30.804.874,11
(=) Margem de Solvência Apurada	36.643.551,14	28.193.175,42

(=) Excesso/insuficiência de Patrimônio	(4.637.727,95)	2.611.698,69
(=) Excesso/insuficiência de Patrimônio em %	(12,66%)	9,26%

Calculada com base nos critérios do Artigo 15, da RN nº 451/20, que permite o cálculo considerando o percentual fixo de 75%.

26. Conciliação de Fluxos de Caixa Método Direto e Indireto

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2021	2020
Lucro Líquido do Exercício	1.200.949	18.680.518
Ajustes ao Prejuízo/Lucro Líquido	165.004	(192.823)
Depreciação e Amortização	447.923	329.715
Incorporação Imóvel	-	(445.000)
Provisão de Contingências	(282.919)	(77.538)
RESULTADO OPERACIONAL DE CAIXA NO PERÍODO	1.365.953	18.487.695
Variação de Ativos e Passivos	(1.874.837)	(17.930.824)
Aplicações Financeiras Garantidoras Provisões Técnicas	(2.266.128)	732,737
Aplicações Financeiras Livres	12.889.886	(5.819.251)
Contraprestações Pecuniárias a Receber	(4.863.957)	(9.854.055)
Créditos Tributários e Previdenciários	` 459.941	`(979.740)
Outros Créditos	(4.949.483)	(1.793.313)
Aplicações Financeiras (Não Circulante)	444.597	(389.568)
Créditos Tributários	413.215	(413.215)
Bens e Títulos a Receber	(9.143.915)	-
Depósitos Judiciais e Fiscais	(157.210)	(287.899)
Outros Créditos a Receber	(335.064)	-
Provisão Técnicas de Operações de Assist. à Saúde	4.120.333	1.285.948
Comercialização sobre Operações	59.254	(40.715)
Provisões para Ações Judiciais	(8.590)	(108.791)
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	73.699	51.629
Débitos Diversos (Circulante)	406.110	(77.960)
Eventos a Liquidar c/ Operações de Assist. à Saúde	770.754	(199.780)
Provisões para Ações Judiciais	71.247	(36.851)
Empréstimos e Financiamentos	140.474	
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(508.884)	556.871

27. Pandemia COVID 2019

A pandemia do Covid-19, que teve início em março de 2020, e que teve mobilização e desdobramentos globais, se manteve ao longo de todo o ano de 2021 e ainda é um fato presente no ano de 2022 e, somada a epidemia de gripe que estão proporcionando um aumento na quantidade de casos e necessidade de internações em UTI, não sendo possível apurar os possíveis efeitos nas demonstrações contábeis referente ao exercício a findar-se em 31/12/2022.

28. Eventos Subsequentes

Não temos conhecimento de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

29. Retificação das Demonstrações Financeiras

Em 23/02/2023 a empresa recebeu da ANS, Comunicação de desconformidade no envio de documentos contábeis obrigatórios, através Ofício nº: 59/2023/COIEP/GEAOP/GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE e estamos nessa data, reapresentando as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021, regularizando os itens mencionados no RT de Verificação Anexo ao respectivo ofício, que detalhamos abaixo:

- 1. Demonstrações Financeiras (Demonstração do Resultado do Exercício DRE) do exercício de 2021 publicadas enviadas em desconformidade com o modelo estabelecido no Capítulo III do Anexo da Resolução Normativa RN nº 472/2021, conforme apontado no documento de verificação:
- a. Grupo 332 Receitas de Assistência à Saúde não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora, no montante de R\$ 335.064,21, alterada a nomenclatura na Demonstração do Resultado do Exercício, que estava demonstrada no grupo de Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde.
- b. Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde: alterada a apresentação e nomenclatura da Conta na Demonstração do Resultado do Exercício, conforme solicitado no Ofício.
- 2. Divergências entre as informações prestadas no DIOPS 4º trimestre de 2021 e as Demonstrações Contábeis do exercício de 2021 enviadas pelo sistema DIOPS-DOCS e a publicação das Demonstrações Contábeis do mesmo exercício no síti o da Operadora narede mundial de computadores, conforme apontado no documento de verificação: Foram alterados os valores, incluindo os *centavos* nas Demonstrações Contábeis e respectivas notas explicativas, de acordo com os valores informados no DIOPS.

SILVIO JOSÉ FERRAZ TAVARES

Presidente - CPF 656.029.947-34

CARLA TEREZA DIAS GOMES

Contador CRC 1SP 264129/O-3

WALLISON MARTINS DE PAULA

Atuário - MIBA 1769